

Falhas no projeto que acaba com o Fundap

Relator da proposta, Ricardo Ferraço disse que estudo apontou três violações à Constituição na matéria que prejudica o Estado

Dayane Freitas

O projeto do governo para reduzir a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 12% para 4% nas operações interestaduais com produtos importados, que coloca fim ao Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), apresenta três inconstitucionalidades.

É o que aponta o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Ricardo Ferraço, por meio de um estudo técnico. Segundo ele, a primeira delas seria o fato de o Senado querer fixar por uma resolução uma alíquota de tributo interestadual.

No entanto, isso exigiria uma lei complementar, segundo ele.

“Por meio de resolução, não se pode alterar incentivos, só por lei complementar, de acordo com o artigo 155 da Constituição Federal”, disse Ricardo.

Para ele, essa atitude na prática ofende a autonomia dos estados.

O senador capixaba explicou que, por meio de resolução, o Senado pode apenas fixar alíquotas aplicáveis ao ICMS, mas não as de incentivo.

A segunda inconstitucionalidade do projeto, de acordo com Ricardo, seria dar a produto importado tratamento diferenciado do nacional, o que é “discriminação”.

O senador explicou que o artigo 152 da Constituição Federal determina que é vedado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária em relação à procedência ou à destino de produtos. “Há jurisprudência no Supremo Tribunal Federal sobre isso”, defendeu.

Por último, a terceira inconstitucionalidade seria, de acordo com Ricardo, delegar ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a atribuição de definir o que é produto industrializado — o que é prerrogativa do Senado.

MIRA

O senador disse que continuará discutindo os aspectos econômicos do projeto, pois “o governo mira em uma direção e vai acertar em outra”. Isso porque, segundo ele, do total que o Brasil importa, apenas 1% é via incentivos. “O que estimula a importação é a taxa de câmbio e a valorização do Real, além disso o que Brasil importa é para as próprias indústrias”, disse.

Nos dias 20 e 22, haverá audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça para discutir o assunto.



JUSSARA MARTINS - 02/03/2012

RICARDO disse que governo mira em uma direção, mas vai acertar em outra

Sem negociar compensação

Apesar de o governo federal dizer que haverá compensações com a realização de obras de infraestrutura nos estados que forem prejudicados com o possível fim do Fundap, Ricardo Ferraço disse que não há negociação possível.

“Não negociamos isso, pois não há compensação que justifique o que o governo está fazendo”, sa-

lientou o senador.

Ricardo disse que hoje, durante audiência do ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Constituição e Justiça, vai questioná-lo sobre as pretensões do governo de aprovar o PRS 72/11, que visa adotar uma alíquota de ICMS de 4%, sem alíquotas diferenciadas nos estados.

AÇÃO CRIAÇÃO

PRÉ-IFES E PRÉ-VEST AQUI TEM RESULTADO

UFES/2012:
ALTO ÍNDICE DE APROVAÇÃO
EM TODOS OS CURSOS.
270 APROVADOS.

IFES:
18 PRIMEIROS LUGARES
E O MAIOR ÍNDICE DE
APROVAÇÃO EM 26 ANOS.

Pré-IFES em Vitória
Início das aulas
19/03
Av. Vitória: **ETESES**
Praia do Canto:
Colégio Florescer

Matriculas Abertas
2127 1111
colegiocontec.com.br

**COLÉGIO
CONTEC**

Vila Velha, Vitória, Laranjeiras e Carapina